

f) Zelar pela conservação do património, no âmbito das suas competências, organizando e mantendo actualizado o inventário e cadastro dos bens da BNP;

g) Garantir o funcionamento do depósito de bens de consumo corrente, oficial e de laboratórios, efectuando a adequada gestão de existências;

h) Gerir o parque de viaturas e zelar pela limpeza das instalações;

i) Assegurar a realização de outras acções que, no âmbito das suas competências, lhe forem cometidas por despacho do director-geral.

23 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Despacho n.º 14 036/2007

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foi publicado o Decreto-Lei n.º 90/2007, de 29 de Março, que opera a reestruturação da Biblioteca Nacional de Portugal, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, e define a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 369/2007, de 30 de Março, foi fixada a estrutura nuclear da Biblioteca Nacional de Portugal e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Pelo meu despacho n.º 1/2007, desta data, emitido ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e de acordo com o limite fixado no artigo 1.º da Portaria n.º 391/2007, de 30 de Março;

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à Biblioteca Nacional de Portugal:

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o licenciado João Carlos Lopes de Melo no cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Administração Geral da Biblioteca Nacional de Portugal.

O nomeado possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional, correspondendo, por conseguinte, ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na síntese curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura.

23 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Síntese curricular

Nome — João Carlos Lopes de Melo.

Data de nascimento — 17 de Julho de 1965.

Habilitações académicas — licenciatura em Direito.

Actividade profissional:

De Novembro de 2005 a Abril de 2007 — director do Departamento de Gestão Interna da Entidade Reguladora da Saúde;

De Maio de 2004 a Novembro de 2005 — director do Serviço de Recursos Humanos e Formação do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão;

De Outubro de 2002 a Maio de 2004 — inspector na Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAP), integrando os Serviços de Inspeção e Auditoria;

De Julho de 2001 a Setembro de 2002 — secretário-geral-adjunto do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública; 2000-Julho de 2001 — adjunto do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas;

1998-1999 — adjunto do Secretário de Estado do Orçamento;

1996-1998 — delegado regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude;

1993-1996 — consultor jurídico avançado dos Serviços Sociais do Ministério das Finanças;

1991-1996 — exerceu advocacia (suspendeu a inscrição na Ordem dos Advogados);

1988-1994 — bolseiro do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, Direcção de Serviços Administrativos.

Formação complementar:

Seminário de alta direcção em Administração Pública, INA, Janeiro de 2005;

«Liderança e gestão de equipas», Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública (SGMFAP), Novembro de 2004;

«A produtividade através da criatividade, da inovação e da motivação», SGMFAP, Outubro de 2004;

«O novo modelo de avaliação do desempenho dos funcionários públicos», INA, Junho de 2004;

«Avaliação de modelos organizacionais, sistemas de informação e gestão da qualidade», IGAP/Price Waterhouse Coopers, Novembro e Dezembro de 2003;

«Auditoria e assessoria aos serviços públicos», IGAP/Hay Group, Junho de 2003;

«Modelagem e avaliação de parcerias público-privadas», IGAP, Junho de 2003;

«Gestão e desenvolvimento de recursos humanos na Administração Pública», IGAP, Janeiro de 2001;

«O procedimento e o processo administrativo», NPF, Julho de 2000;

«Auditoria de recursos humanos na Administração Pública», IGAP, Março de 2000;

«Auditoria — abordagem metodológica», IGAP, Janeiro de 2000;

«A IGAP e o sistema de módulos de auditoria e controlo», IGAP, Outubro de 1999;

«Finanças e fiscalidade», CIDE/ISCTE, Setembro a Dezembro de 1993;

«Gestão e inovação organizacional da empresa», CIDE/ISCTE, de Outubro de 1992 a Abril de 1993;

«O novo Código do Procedimento Administrativo», INA, Maio de 1992.

Louvores:

Em 5 de Abril de 2002, pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 96, de 24 de Abril de 2002);

Em 5 de Julho de 2001, pelo alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 172, de 26 de Julho de 2001);

Em 25 de Outubro de 1999, pelo Secretário de Estado do Orçamento (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 260, de 8 de Novembro de 1999);

Em 24 de Novembro de 1997, pelo Secretário de Estado da Juventude (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 21 de Março de 1998).

Despacho n.º 14 037/2007

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foi publicado o Decreto-Lei n.º 90/2007, de 29 de Março, que opera a reestruturação da Biblioteca Nacional de Portugal, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, e define a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 369/2007, de 30 de Março, foi fixada a estrutura nuclear da Biblioteca Nacional de Portugal e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Pelo meu despacho n.º 1/2007, desta data, emitido ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e de acordo com o limite fixado no artigo 1.º da Portaria n.º 391/2007, de 30 de Março;

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à Biblioteca Nacional de Portugal:

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, o licenciado João Carlos Rodrigues Ferreira Leal no cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Sistemas e Aplicações Informáticas da Biblioteca Nacional de Portugal.

O nomeado possui os requisitos legais exigidos, bem como as capacidades adequadas e experiência profissional, correspondendo, por conseguinte, ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na síntese curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura.

23 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Síntese curricular

Nome — João Carlos Rodrigues Ferreira Leal.

Data de nascimento — 28 de Agosto de 1968.

Habilitações académicas — licenciatura em Informática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa no ano de 1994. Estágio final da licenciatura realizado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil no ano lectivo de 1993-1994.

Actividade profissional:

De 1994 a Junho de 1999, desempenhou funções no Grupo de Hidro-Informática do Departamento de Hidráulica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, realizando funções de administração de redes e sistemas de computadores, programação e formação de utilizadores.

De Julho de 1999 a Julho de 2001, desempenhou funções na Divisão de Informática da Biblioteca Nacional, realizando trabalho de administração de redes e sistemas de computadores, programação e formação de utilizadores, tendo durante segmentos desse período exercido os cargos de responsável da Área de Desenvolvimento e Serviços e de responsável de Área de Apoio aos Utilizadores.

De Julho de 2001 a 22 de Março de 2007, exerceu o cargo de chefe de divisão de Informática da Biblioteca Nacional, com a função de coordenar os trabalhos de manutenção do parque de equipamentos informáticos da instituição, de planejar e executar a sua evolução e de conceber e desenvolver soluções no âmbito das tecnologias de informação em geral e da sua aplicação à vertente biblioteconómica em particular.

Despacho n.º 14 038/2007

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foi publicado o Decreto-Lei n.º 90/2007, de 29 de Março, que opera a reestruturação da Biblioteca Nacional de Portugal, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, e define a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 369/2007, de 30 de Março, foi fixada a estrutura nuclear da Biblioteca Nacional de Portugal e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Pelo meu despacho n.º 1/2007, desta data, emitido ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e de acordo com o limite fixado no artigo 1.º da Portaria n.º 391/2007, de 30 de Março;

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à Biblioteca Nacional de Portugal:

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, a licenciada Lúcia Maria de Azevedo Martins no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal.

A nomeada possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional, correspondendo, por conseguinte, ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na síntese curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura.

23 de Abril de 2007. — O Director-Geral, *Jorge Couto*.

Síntese curricular

Nome — Lúcia Maria de Azevedo Martins.

Data de nascimento — 14 de Abril de 1960.

Habilitações académicas:

1986 — curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

1982 — licenciatura em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Formação profissional complementar:

Formação em gestão pública — FORGEP, 3.ª ed., INA, de 18 de Setembro a 7 de Dezembro de 2006;

Estruturação e elaboração de planos e relatórios de actividades, da responsabilidade do INA, decorreu entre 23 e 25 de Maio de 2005 na Biblioteca Nacional;

Desenvolvimento de estratégias organizacionais na Administração Pública, da responsabilidade do INA, decorreu entre 31 de Maio e 18 de Junho de 2004 na Biblioteca Nacional.

Actividade profissional — desempenha funções na Biblioteca Nacional desde 1 de Julho de 1987 e na Divisão de Reservados desde 1 de Janeiro de 1990; exerceu o cargo de chefe da Divisão de Reservados entre 16 de Novembro de 2001 e 22 de Abril de 2007. Desenvolveu trabalho de âmbito biblioteconómico e arquivístico e participou em diversos grupos de trabalho. Integrou o conselho de redacção da publicação *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, para o qual foi nomeada em Setembro de 1998. Coordenou vários projectos de catalogação e estudo de livro antigo e manuscritos, de que resultou a publicação de catálogos e a realização de exposições. Coordena actualmente o projecto «Património científico e cultura manuscrita: A colecção de manuscritos científicos da Biblioteca Nacional», patrocinado pela FCT, resultante da parceria entre a BN e o Centro de Investigação de História da Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Participou em congressos de bibliotecários arquivistas e documentalistas e apresentou comunicações relativas à descrição de arquivos e indexação de manuscritos e livro antigo.

Estudos publicados:

«Autógrafos e outras inscrições atribuídas a Pedro Nunes», in *Pedro Nunes, 1502-1578: Novas Terras, Novos Mares e o Que mays He: Novo Ceo e Novas Estrellas*. Lisboa, BN, 2002;

«A ilustração na colecção de códices da Biblioteca Nacional», in *A Ciência do Desenho: A Ilustração na Colecção de Códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2001;

«Em torno da exposição Garretiana de 1904», in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa — S. 3, n.º 4 (Abr.-Out. 1999);

«Garrett nos manuscritos da BN: Textos e contextos», in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, S. 3, n.º 4 (Abril-Outubro de 1999);

«A aplicação do SIPORBASE — Uma proposta de indexação no manuscrito e livro antigo», *Cadernos BAD*, Lisboa (1), 1995.

Trabalhos publicados:

O Livro Científico dos Séculos XV e XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional, coordenação científica de Henrique de Sousa Leitão, coordenação técnica de Lúcia de Azevedo Martins. Lisboa, BN, 2004;

Pedro Nunes 1502-1578: Novas Terras, Novos Mares e o Que mays He: Novo Ceo e Novas Estrellas, comissário científico: Henrique de Sousa Leitão; coordenação técnica de Lúcia de Azevedo Martins. Lisboa, BN, 2002;

A Ciência do Desenho: A Ilustração na Colecção de Códices da BN, coordenação científica de Joaquim Caetano e Miguel Soromenho; coordenação técnica de Lúcia de Azevedo Martins. Lisboa, BN, 2001;

Catálogo da Correspondência dos Directores da Biblioteca Nacional: 1795-1834, organização, catalogação e índices de Lúcia Martins e Paulo Barata. Lisboa, BN, 1999 (no prelo);

Aquisições da Biblioteca Nacional: Manuscritos, Espólios e Impressos Raros (catálogo da exposição). Lisboa, BN, 1997;

Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional: 1796-1950, Madalena Garcia, Lúcia Martins. Lisboa, BN, 1996;

Guia Preliminar do Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional, introdução e organização de Lúcia de Azevedo Martins (e outros). Lisboa, BN, 1993.

Despacho n.º 14 039/2007

Em cumprimento do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foi publicado o Decreto-Lei n.º 90/2007, de 29 de Março, que opera a reestruturação da Biblioteca Nacional de Portugal, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, e define a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 369/2007, de 30 de Março, foi fixada a estrutura nuclear da Biblioteca Nacional de Portugal e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Pelo meu despacho n.º 1/2007, desta data, emitido ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e de acordo com o limite fixado no artigo 1.º da Portaria n.º 391/2007, de 30 de Março;

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida